



Proposta para a Cassi

**É hora de analisar e decidir.
Depois, fiscalizar para melhorar
o atendimento e manter a
saúde da Caixa de Assistência**

- PREVI: DISCUSSÃO DO SUPERÁVIT
- ANÁLISE DO PAC
- LUTA CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO ILEGAL

Decidir e fiscalizar

As negociações sobre a Cassi chegam ao momento em que existe uma proposta objetiva sobre a mesa, que deve ser conhecida e analisada por todos antes da consulta que será feita ao corpo funcional em abril. As negociações travadas entre Contraf-CUT, sindicatos, representantes eleitos da Cassi e aposentados foram duras e se arrastaram por anos (conheça na íntegra à pág. 4).

Ao final desse processo, a proposta inicial melhorou muito, embora não seja a ideal, pois ainda há questões como a co-participação. Mas pode significar o fim dos problemas de custeio, fazendo com que a Cassi possa voltar-se para seu principal objetivo: proporcionar saúde aos funcionários do banco e suas famílias. Mesmo que essa batalha seja vencida, pondo fim a uma situação de agonia financeira que poderia quebrar a Cassi, é preciso fazer muito mais e ficar atento. Resolvida a questão do custeio, a Cassi tem de ser bem administrada, melhorando o atendimento em todos os estados, implantando a estratégia de saúde da família e evitando-se que se renda à lógica de mercado, de altos custos.

Para isso, todos os bancários têm de fiscalizar, denunciar, enviar sugestões. Afinal, não é possível deixar nossa Caixa de Assistência ter sua saúde em risco novamente. Como manda a boa medicina, é sempre melhor prevenir do que correr atrás do prejuízo.

O Espelho Nacional é editado sob a responsabilidade da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT). Tiragem: 55 mil exemplares. Secretário de Imprensa: William Mendes. Edição: Anselmo Massad (MTb 40.420). Impressão: Bangraf. Cartas e sugestões podem ser enviadas para Contraf/CUT: Quadra EQS 314/315, bloco A, Asa Sul, Brasília, DF, CEP 70383-400 – Fone (61) 3346-4019

Apoio: Sind. Bancários de São Paulo, Osasco e Região

Acesse: www.contrafcut.org.br

Se você não recebe O Espelho Nacional ou tem comentários e sugestões, fale conosco: imprensa@contrafcut.org.br

Reflexo

Reclassificação de agências

Não é à toa que a Contraf-CUT vem criticando a forma burra de reclassificação de agências que o BB adota. Segundo informações apuradas pelo O Espelho, mais de cem dependências serão rebaixadas somente no Estado de São Paulo.

Centrais de atendimento (CABB)

O Ministério Público já deixou claro que a terceirização de serviços bancários é ilegal. No entanto, o BB insiste na precarização do trabalho. Só para citar o exemplo da CABB em São Paulo, dos 1.800 trabalhadores, somente 322 são concursados e recebem os direitos da categoria. Cerca de 1400 realizam serviços bancários e não recebem o piso, vale-refeição e vale-alimentação dentre outros direitos. A Contraf-CUT exigirá, mais uma vez, em mesa de negociação, que o banco reveja sua política. E que os trabalhadores recebam exatamente pelo trabalho que realizam. A CABB no Paraná tem proporção semelhante entre bancários concursados e bancários terceirizados.

Ainda as CABB

Em negociação feita em dezembro, o banco ficou de resolver duas pendências trabalhistas das centrais no mês de fevereiro. Acertar todas as diferenças da verba 109 (dissídio de 2004), que vários colegas ora recebem, ora não recebem.

E regularizar o novo valor das comissões dos atendentes sênior e pleno que, de acordo com a Convenção Coletiva, estabelece que a gratificação de função não será inferior a 55% do valor do VP E1 + gratificação semestral + anuênio.

Pressão do Sindicato de Brasília traz conquista para todo o país

Após pressionar o banco e entrar na justiça, juíza obriga BB a conceder 2 folgas para todos que trabalharam no referendo e nas eleições. A sentença confirma a lei que diz que cada eleitor tem direito a 2 dias de folga por cada dia da convocação para prestar o serviço eleitoral. Desde o Referendo do Desarmamento o banco vinha descumprindo a lei. "O banco foi obrigado a mudar seu livro de instruções - LIC - em fevereiro por força da sentença. Os colegas que trabalharam para a Justiça Eleitoral nessas datas devem fazer o pedido das folgas em dobro aos dias de serviço. E a regra vale para os próximos eventos", informa Mirian Fochi, secretária de política sindical e representante na Comissão de Empresa da Contraf-CUT.

Direção do BB

na **contramão** do desenvolvimento

Enquanto todos discutem crescimento e geração de empregos, Banco do Brasil prepara pacote com corte de custos de pessoal, prejudicando funcionários e o atendimento aos clientes

Enquanto todos discutem crescimento, a direção do BB prefere a contramão da história com um projeto chamado "revisão da rede de agências", que significa corte de despesas com funcionários. É a "eficiência operacional parte II".

Informações obtidas pelo O Espelho dão conta de que em dezembro de 2006 foi aprovado, sob o título de "confidencial", voto apresentado no Conselho Diretor pela Direo. O projeto prevê a revisão da forma de pontuação das carteiras de gerentes de contas e tem como coadjuvante outro projeto: "USO" – unidade de suporte operacional, leia-se terceirização de processamento de papéis do auto-atendimento.

A revisão da forma de pontuação para criação e manutenção das carteiras de gerente de contas obrigará os gerentes a possuírem mais contas sob sua responsabilidade, conseqüentemente diminuirá o número de GECON.

As mesmas informações dão conta de que serão criados mais cargos de Assistentes de Negócios. Funcionários com jornada de 8 horas e comissões pequenas, ou seja, uma forma de burlar

os direitos trabalhistas e subverter a jornada de trabalho dos bancários.

Já a "USO" tem por objetivo reduzir o número de caixas executivos, buscando extinguir uma das raras funções no BB com comissão e jornada de bancário correta. Além disso, provoca aumento nas já imensas filas e acaba de vez com a paciência daqueles que procuram as agências para serem atendidos e que certamente se voltarão contra os trabalhadores, também vítimas do processo.

O inverso da propaganda "banco da Maria, do João..."

O banco tem sido campeão de irresponsabilidade socioambiental ao anunciar uma coisa e fazer outra.



Ronaldo Zeni,
da Feeb-RS

Gastou milhões em janeiro último com propagandas se dizendo o banco da Maria, do João etc.

A verdade é que sua política de expulsar os clientes e usuários para correspondentes bancários, esconder os guichês de caixa nos andares superiores e só atender a ricos significa que quer ser o banco da Maria rica, do João rico, e não realizar nada que um banco público deve ter em seus princípios.

Na audiência com o Ministro do Planejamento ocorrida em 06 de fevereiro, representantes da Contraf-CUT e sindicatos denunciaram o que entendem ser um desvio da empresa Banco do Brasil das diretrizes do acionista controlador, a União.

"O Banco do Brasil, em lugar de propor projetos que reforcem sua atuação como instrumento de fomento à produção, geradores de emprego e renda, prefere diminuir o número de funcionários na rede de agências, estrangulando ainda mais o atendimento e sufocando os funcionários com mais pressão, sinergia e assédio moral, afirma Ronaldo Zeni, representante da Feeb-RS na Comissão de Empresa dos Funcionários.

Pressão dos bancários

Dois anos depois do início das negociações, os bancários conseguiram arrancar do Banco do Brasil uma proposta que garante soluções para os problemas da Cassi. No último dia 7 de fevereiro, após muita pressão dos trabalhadores, dos sindicatos e da Contraf-CUT, a diretoria do BB aceitou avançar em vários pontos, como o aporte financeiro para a Caixa de Assistência, as situações dos funcionários pós-98 e dos dependentes indiretos e a implantação do plano odontológico após o equilíbrio atuarial da Caixa

Agência Azevedo



Negociação entre Contraf-CUT, sindicatos e direção do BB sobre a Cassi: proposta apresentada

O conjunto de propostas negociado com o banco traz avanços importantes para os bancários do BB, atendendo reivindicações que fazem parte da pauta dos trabalhadores há anos e busca equilibrar os problemas financeiros que comprometiam o futuro da entidade.

Pela nova proposta, o Banco do Brasil vai aplicar na Cassi R\$ 300 milhões. O

aporte financeiro será para investir em serviços próprios. Metade deste valor será pago agora, em 2007, e o restante em três parcelas de R\$ 50 milhões, nos anos seguintes, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE).

Conquista importante é o restabelecimento da contribuição patronal em 4,5% para os bancários admitidos após 1998. Quase dez anos depois de o banco

passar a descumprir o estatuto da Cassi e contribuir com 3% para os novos funcionários, os trabalhadores conseguiram garantir o pagamento de uma vez e meia o valor desembolsado pelo associado, com a relação 3% e 4,5%.

A contribuição patronal e pessoal também foi fixada sobre o 13º salário integral. Agora, os aposentados por tempo de serviço e os que se aposentam antecipadamente pela Previ serão

garante avanços na Cassi



Marcel Barros, coordenador da Comissão de Empresa

equiparados nos direitos e obrigações estatutárias.

Também foi instituída a co-participação de 10% em eventos não-hospitalares (de internação), excluídos quimioterapia, radioterapia, diálise, hemodiálise e transfusão de sangue. O valor a ser pago pelos associados fica limitado a 1/24 avos do salário bruto com incidência única no mês (4,16%). Os casos de acidente de trabalho, como LER/DORT, terão de ser acertados em convênio em negociações à parte que envolverão o banco e a Cassi.

Estudos do BB, dos eleitos e da Contraf mostram que os novos aportes de custeio, juntamente com a política de investimento na Estratégia de Saúde da Família devem equilibrar o Plano de Associados no médio prazo. Com essa solução, e depois de atingido o equilíbrio atuarial, a direção do BB se comprometeu a implantar o Plano Odontológico.

Por último, o BB retirou sua proposta de criar o Voto de Minerva. Graças à pressão dos bancários, desistiu da ideia de controlar os conselhos, que tomarão as decisões por maioria absoluta. Os bancários também garantiram a per-

manência das eleições de dois em dois anos para os conselhos e para a diretoria executiva. O banco queria aumentar o prazo entre os pleitos para cada quatro anos. O Conselho Fiscal foi ampliado e passou a contar com seis membros, metade eleita e metade indicada pelo banco. Ficou definido que todos os indicados poderão ser substituídos a qualquer tempo. Essas propostas agora serão debatidas e submetidas à aprovação do corpo social.

Trajatória de luta

O caminho percorrido pelos bancários para garantir este conjunto de propostas para a Cassi foi longo e cheio de dificuldades. A primeira batalha foi para abrir as negociações com o banco. Na Campanha Salarial de 2005, os funcionários do BB colocaram os problemas da Caixa de Assistência entre os principais temas da pauta de reivindicações. Logo nas primeiras reuniões com o BB, a Contraf sentiu as dificuldades para avançar na questão.

"Não havia consenso entre os repre-



Milton Rezende, vice presidente da Contraf-CUT



Oliven Faustino, representante da Fetec-NE

sentantes dos funcionários e do banco. Acabamos fechando o acordo coletivo de 2005 com uma cláusula em que o Banco do Brasil se comprometia a apresentar uma proposta de reestruturação para a Cassi até o final do ano", lembra Marcel Barros, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários.

Embora os sucessivos déficits financeiros aumentassem a cada mês, a crise da Caixa de Assistência, o BB atrasou a apresentação da proposta em quase cinco meses. E a demora não trouxe boas novas para os bancários. No dia 22 de maio de 2006, o banco colocou na mesa um projeto que acabou causando profunda irritação nos representantes dos funcionários.

"Mesmo furando o prazo, o banco nos apresentou um projeto irresponsável, que cobrava dos associados sua dívida de anos e anos de descumprimento do Estatuto", comenta Milton Rezende, vice-presidente da Contraf-CUT.

Depois de muita pressão, os bancários conseguiram melhorar alguns itens da proposta do BB no dia 24 de agosto. Mas

*William Mendes,
da Fetec-SP:*



as negociações se arrastavam e o projeto do banco para a Cassi continuava aquém das reivindicações.

No dia 9 de novembro, a Contraf-CUT apresentou uma contraproposta ao BB. "Nela, mostramos boa vontade em negociar e desatar os nós que travavam as discussões. Aceitávamos debater pontos que o banco considerava importantes, mas destacávamos questões que nós não iríamos abrir mão. Mesmo assim, as negociações não avançavam", recorda Oliven Faustino, representante da Bahia e Sergipe na Comissão de Empresa.

No final de novembro, os funcionários perceberam que teriam de aumentar a pressão se quisessem salvar a Cassi. "Começamos a debater uma greve nacional no BB. As negociações estavam praticamente travadas e tínhamos que ampliar a mobilização", diz William Mendes, secretário de Imprensa da Contraf-CUT e membro da Comissão de Empresa pela Fetec-SP.

No dia 18 de dezembro, a Contraf, buscando unidade, reuniu-se com diretores eleitos da Cassi e com representantes dos aposentados, foi decidido formar uma comissão para negociar com o banco as soluções. Dois dias depois, o grupo se encontrou com a direção do BB, que aceitou estabelecer um cronograma de negociações.

"Em paralelo, começamos a trabalhar para garantir apoio político e os avanços

que não vínhamos tendo em mesa de negociações. Logo no dia 4 de janeiro, a Contraf-CUT se reuniu com o recém-nomeado presidente do BB e cobramos do (Antonio Francisco de) Lima Neto soluções para a Cassi. Reafirmamos nossas reivindicações e mostramos o quanto era importante atendê-las se quiséssemos tirar a entidade desta situação. Ao longo do mês de janeiro, procuramos também políticos funcionários do Banco do Brasil. Nos reunimos com os deputados federais Ricardo Berzoini (PT-SP), Geraldo Magela (PT-DF), Pompeu de Matos (PDT-RS), Jorge Bittar (PT-RJ) e José Pimentel (PT-CE). Por último, fomos até o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Esta ação institucional da Contraf ajudou a pressionar e conseguimos avanços nas propostas", avalia Vagner Freitas, presidente da Contraf-CUT.

Em 17 de janeiro, a nova comissão e o Banco do Brasil realizaram a primeira rodada de negociações. Ao contrário do esperado, o BB compareceu ao encontro sem qualquer proposta para a Cassi e nova reunião ficou marcada para 30 de janeiro, três dias depois do aniversário da entidade.

"Aproveitamos a data e as negociações e realizamos um grande Dia Nacional de Lutas, com protestos em todo o país. Milhares de funcionários participaram das atividades organizadas pelos sindicatos e mostramos que estávamos dispostos a ir para uma greve nacional, caso não houvesse avanços", comenta Marcel.

Naquele dia, o BB aceitou avançar em alguns pontos, como no valor do aporte financeiro e na contribuição patronal dos novos funcionários. Mas apareceu com a idéia de implantar o Voto de Minerva nos conselhos deliberativo e fiscal. A proposta foi refutada de pronto pela Contraf.

Uma semana depois, a pressão dos trabalhadores surtiu efeito e no dia 7 de fevereiro, depois de dois anos de muitas idas e vindas nas negociações, os bancários e o BB chegaram à proposta final em mesa de negociação.

"Conseguimos avançar muito desde a primeira proposta do BB, em maio de 2006. Esta última versão está muito próxima das nossas reivindicações e atende a grande parte da demanda. Foi uma vitória, construída com muita pressão e mobilização. Os bancários do Banco do Brasil estão de parabéns porque vamos salvar a Cassi, que é uma grande conquista nossa", destacou Marcel.

Já William Mendes, representante da Fetec-SP na Comissão de Empresa dos Funcionários, destaca que esse foi o resultado possível. "Toda negociação com banqueiro é dura. Na mesa de reestruturação da Cassi conseguimos avançar bastante, pois além do banco reconhecer a dívida e pagar 300 milhões, passa a aportar cerca de 67 milhões/ano. A ressalva fica por conta da imposição da co-participação, exigência que o banco não retirou por dizer que todos os planos necessitam de um fator moderador. O que conseguimos foi reduzir os valores e criar exceções, nos tratamentos que mais oneram os trabalhadores" explica William.

Questões	Proposta dos representantes dos bancários	1ª proposta do BB em 22 de maio de 2006	2ª proposta do BB em 24 de agosto de 2006	3ª proposta do BB em 30 de janeiro de 2007	4ª proposta do BB em 7 de fevereiro de 2007
Aporte financeiro	R\$ 400 milhões, sendo 1/2 em serviços próprios e 1/2 para recompor reservas	R\$ 120 milhões em quatro vezes	R\$ 200 milhões em quatro vezes	R\$ 300 milhões, pagos durante os próximos quatro anos, sem juros ou correção	R\$ 300 milhões, sendo R\$ 150 mi agora e mais 3 parcelas corrigidas
Co-participação em exames (exceto de Internação)	Contrários. Depois proposto 5% com lista de eventos sem co-participação	20%, com teto de 1/12 do salário para todos os eventos	15%, com teto de 1/12 do salário para todos os eventos	10%, com teto de 1/24 do salário, sem exceções	10%, com teto de 1/24 do salário, com incidência única e algumas exceções
Contribuições sobre o 1º salário	Contrários inicialmente, pois não resolvia déficit	Não previa	Não previa	Contribuição a partir de metade do valor	Contribuição sobre o valor integral. (Aporte: BB = R\$ 37 mi/ano Funcis = R\$ 25 mi/ano)
Funcionários pós-98	Cumprimento do Estatuto: contribuição patronal com diferença de 1,5 vez mais que o associado que paga 3%.	Contribuição paritária em 3,75% para o grupo.	Contribuição paritária em 3,75% para o grupo.	Funcionários 3% e banco 4,5%.	Funcionários 3% e banco 4,5%. (Aporte do BB: R\$ 16 mi/ano)
Dependentes Indiretos	BB assumir dívida acumulada e déficit anual do grupo.	Custeio do déficit anual até a extinção do grupo. Não assume a dívida passada.	Custeio do déficit anual até a extinção do grupo. Assume os dependentes indiretos, mas só daqui para frente	Custeio do déficit anual até a extinção do grupo. Assume os dependentes indiretos, mas só daqui para frente	Custeio do déficit anual até a extinção do grupo. (Aporte do BB: R\$ 14 mi/ano (valor de 2006))
Eleições	Eleições a cada dois anos, como é hoje	Eleições a cada quatro anos	Eleições a cada quatro anos	Eleições a cada quatro anos	Eleições a cada dois anos, como é hoje
Plano odontológico	Inclusão do plano custeado pelo banco	Concorda em discutir, mas em mesa específica	Concorda em discutir, mas em mesa específica	Inclusão do plano condicionado a equilíbrio do plano	Inclusão do plano condicionado a equilíbrio do plano
Consulta ao corpo social	Exigência	Concordância	Concordância	Concordância	Concordância
Voto "qualificado" (Minerva)	Não existe na Cas-si e é inadmissível	Não havia na proposta	Não havia na proposta	Voto de Minerva nos Conselhos	As decisões ocorrem por maioria absoluta

É hora de melhorar benefícios da PREVI

Propostas já foram levadas à direção do BB. Contraf-CUT, sindicatos e diretores eleitos querem solução imediata para o superávit

Nos próximos dias deve sair o balanço 2006 da Previ, apontando superávit superior a R\$ 30 bilhões. No início do ano passado, a Contraf-CUT e os sindicatos apresentaram ao banco a demanda de melhorias de benefícios com recursos do superávit.

Entre as demandas apresentadas estão: o aumento do teto de benefícios de 75% para 90% da renda bruta, aumento no patamar das pensões, revisão do critério de proporcionalidade para quem tem menos de 30 anos de contribuições, aumento do benefício mínimo, teto de benefícios de 420/360

para quem contribui por mais de trinta anos e aposentadoria antecipada aos 45 anos para as mulheres.

"Nossas reivindicações são conhecidas há muito tempo da direção do Banco do Brasil. Já faz um ano e, até agora, não houve negociações para dar destino ao superávit. E sabemos que os recursos disponíveis permitem uma série de melhorias para os associados", diz Paulo Staub, representante da Fetec-PR na Comissão de Empresa dos Funcionários.

Os dirigentes eleitos da Previ afirmam que já foram apresentadas ao banco as simulações de cálculo e o custo de cada uma das alterações propostas. "Queremos negociar em conjunto com as entidades do funcionalismo e encontrar soluções ainda no primeiro semestre deste ano", alega José Ricardo Sasseron, diretor eleito de Seguridade da Previ. O funcionalismo e os dirigentes eleitos reivindicam que

os recursos do superávit "sejam utilizados preferencialmente para melhoria de benefícios, uma vez que os associados já contribuíram para isto", afirma Francisco Alexandre, diretor eleito de Administração da Previ.

A abertura de negociações imediatas e uma solução para o superávit que beneficie os associados foi um dos temas da audiência que aconteceu no começo de fevereiro deste ano com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Participaram da audiência o presidente da Contraf-CUT e demais representantes da Comissão de Empresa dos Funcionários, sindicatos e entidades e dirigentes eleitos da Previ.

Reabertura do financiamento imobiliário

Depois de uma espera de 12 anos, foi reaberto o financiamento imobiliário para os associados do Plano 1. Estão habilitadas mais de 55 mil pessoas que nunca utilizaram a Carim. Destas, 10 mil manifestaram interesse e mil foram convocadas em fevereiro. Novas convocações serão feitas mensalmente.

O Espelho comparou as condições do financiamento da Previ com as oferecidas por alguns bancos e verificou que as do fundo de pensão são bem mais vantajosas (veja quadro ao lado). Por não visar lucro, a Previ pode emprestar a INPC mais 5,75%, limitar



"Nossas reivindicações são conhecidas pela direção do BB. Os recursos disponíveis permitem melhorias para os associados", diz Paulo Staub, da Fetec-PR

o valor das prestações a 30% do salário e quitar o financiamento ao final do contrato, condições que não são oferecidas pelos bancos. A Previ financia 100% do imóvel, enquanto o mercado financia só 80%. Estas condições foram decididas pela direção do fundo, acatando proposta dos dirigentes eleitos.

A Previ está negociando com a Caixa a possibilidade de utilizar recursos

“Queremos negociar e encontrar soluções ainda no primeiro semestre deste ano”, diz José Ricardo Sasseron, diretor eleito de Seguridade da Previ”



do FGTS para pagar parte do valor do imóvel.

Ainda não há financiamento para os associados do plano Previ Futuro. Os diretores eleitos da Previ alegam que procuraram negociar condições mais vantajosas no mercado, mas não tiveram sucesso. “Estamos analisando a possibilidade de conceder financiamento com recursos do próprio plano, em condições similares às do Plano 1”, esclarece Sasseron, diretor de Seguridade da Previ.

Redução da taxa de juros

Antecipando-se à queda da taxa Selic, a Previ reduziu sua taxa atuarial de 6% para 5,75% ao ano. Isto significa que as aplicações do fundo podem ter rendimento real (descontada a inflação) de 5,75% a partir de agora e mesmo assim os planos se mantêm em equilíbrio. Esta redução foi feita aproveitando-se o bom momento do fundo, pois foi necessário utilizar recursos do superávit para aumentar a reserva matemática, em decorrência da previsão de menor rentabilidade futura. Caso a redução acontecesse em período deficitário, seria necessário aumentar as contribuições dos associados e do banco.

Com a redução da taxa Selic, prevê-se um retorno menor nas aplicações em renda fixa do fundo, que hoje concentram cerca de 30% de seu patrimônio.

Para os associados, o principal efeito

será o barateamento dos empréstimos simples e financiamentos imobiliários. A taxa de juros real cobrada nestes casos também será, doravante, de 5,75%. Apesar da pequena diferença nominal, isto significa economia considerável para operações de longo prazo como as da Carim.



“O funcionalismo e os eleitos reivindicam que os recursos do superávit sejam utilizados preferencialmente para melhoria de benefícios, diz Francisco Alexandre, diretor eleito de Administração”

Veja porque os financiamentos da Previ são os mais vantajosos do mercado:

Agente financeiro	Encargo	Taxa efetiva ao ano
Previ/Carim	INPC + 5,75% ao ano	10,42%
Poupex/BB	TR + 8,95% ao ano	12,06%
Caixa	TR + 9,57%	12,75%
Bradesco	TR + 12%	15,50%

Estes dados se referem a financiamentos de R\$ 100 mil e foram coletados dos sites dos bancos

Queremos **crecimento** com distribuição de renda

O presidente do Sindicato de Brasília e secretário de Finanças da CUT nacional, Jacy Afonso, fala da visão da Central sobre o PAC e analisa as negociações para a solução de problemas específicos no Banco do Brasil



Jacy Afonso de Melo é secretário de Finanças da CUT nacional, presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília e funcionário do Banco do Brasil. Nesta entrevista exclusiva para *O Espelho* fala da posição da CUT em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento, PAC. Defende o programa "no atacado", principalmente pela volta do papel desenvolvimentista do Estado, mas aponta a necessidade de algumas correções. Sobre as negociações para atender às reivindicações dos bancários do BB, diz que há avanços como a solução para a Parcela Previ, a proposta para a Cassi, mas destaca que em outros pontos é necessário avançar imediatamente, como no PCC-PCS e na isonomia entre todos os funcionários.

Espelho – Como um dos representantes dos bancários na CUT, como o senhor vê o Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC? Ele trará benefícios aos trabalhadores?

Jacy Afonso – A CUT vê com bons olhos, principalmente o fato de o governo retomar o papel desenvolvimentista que o Estado deve ter. É isso causa uma reação na direita, que é contra essa mudança de concepção do Estado. Sobre o plano, temos concordância "no atacado", mas achamos que existem retificações a serem feitas. Não concordamos com a limitação de reajuste dos funcionários públicos, esse debate deveria ser feito na mesa nacional de negociação, que já existe. Fora isso podem ser feitas outras melhorias e correções.

Mas é importante também discutir o papel que o sistema financeiro tem nesse

processo e, sobre isso, enviamos projeto ao presidente Lula antes do lançamento do PAC, destacando a importância, por exemplo, da regulamentação do Artigo 192 da Constituição Brasileira, que trata do sistema financeiro. Queremos ainda que os bancos públicos, como o BB e a Caixa, tenham papel de vanguarda naquilo que sempre defendemos, o papel social dos bancos. Mas não queremos que isso seja feito só pelos bancos públicos, mas sim que o Congresso Nacional e o governo definam atribuições para todos, para que todos os bancos financiem o desenvolvimento econômico e social do país.

Ponto importante também é que o governo vem reconhecendo o papel das centrais sindicais nas negociações, como está ocorrendo agora no PAC. Isso começou nas marchas do salário mínimo, em que estabelecemos negociação com o governo que gerará aumento real para o mínimo nos próximos anos e a correção da tabela do imposto de renda. Assim, a gente pensa em políticas de longo prazo, não discute apenas agenda de varejo.

Espeho – A principal crítica que se faz atualmente em relação à economia é sobre o baixo crescimento dos últimos anos...

Jacy – Depende muito do tipo de desenvolvimento que queremos. O Brasil cresceu na década de 1970 a índices ótimos, mas foi um desenvolvimento que concentrou renda nas mãos de poucos. Agora, mesmo com um crescimento baixo, foram gerados muito mais empregos que no governo de Fernando Henrique Cardoso. Para a CUT, o importante é ter desenvolvimento, crescimento, mas com distribuição de renda e criação de empregos com qualidade. No setor da construção civil, por exemplo, que está sendo beneficiado com recursos do PAC, devem ser exigidas contrapartidas, como a formalização e a geração de empregos de qualidade.

“Queremos que os bancos públicos tenham papel de vanguarda naquilo que sempre defendemos, o papel social dos bancos. Mas não queremos que isso seja feito só por eles, mas por todo o sistema financeiro”

Espeho – Sobre a utilização de recursos do FGTS para investimento em infra-estrutura, há concordância da CUT com a medida?

Jacy – O que leva a CUT a concordar é a possibilidade de geração de empregos e também porque está assegurado que haverá a aplicação de recursos do superávit ou do patrimônio líquido do FGTS, sem nenhum risco para as contas individuais dos trabalhadores. Isso está assegurado em lei. E a utilização desses recursos pode gerar cerca de 300 mil empregos no país. Se o objetivo do FGTS é dar garantia para o trabalhador, nada melhor que os recursos criarem mais empregos. Saindo de um círculo vicioso para um círculo virtuoso, porque você aplica os recursos, gera mais empregos e assim tem mais recolhimento para o Fundo.

Espeho – Mas os bancos públicos, como o BB, estão apontando na mesma direção de geração de empregos?

Jacy – Em documento que apresentamos ao presidente Lula, já falamos do papel dos bancos públicos no desenvolvimento. Mas há coisas que não entendemos, como, por exemplo, o teto de contratação de funcionários estipulado pela direção do BB. Nada justifica o teto de 85 mil funcionários. Aumenta a rede de agências, aumenta o número de clientes e não se pode contratar mais que esse número estipulado. Isso gera problemas como as metas abusivas e

enorme terceirização. É uma burrice. Em congresso da Contra-CUT aprovamos resolução contra o teto e vamos lutar para que ele pare de existir.

O que deve ser feito é um contrato de gestão em que existam metas econômicas e sociais definidas pelo controlador, o governo, e os demais acionistas, que devem ser cumpridas pela direção, não essa política burra de teto do número de funcionários.

Espeho – Além desse, há outros problemas em relação à política de pessoal?

Jacy – Não se justifica também num banco que dá R\$ 4 bilhões de lucro existir diferença entre funcionários antigos e novos. A única coisa que pode ter de diferença entre um e outro é a função que ele exerce por tempo de casa. Não se justifica um caixa ter direito a algumas conquistas e outro não por ter entrado em período diferente no banco. Outra coisa que não se resolveu no primeiro mandato do Lula e que precisamos acertar agora é o PCC-PCS. Não podemos ter num banco desse tamanho um PCC-PCS todo retalhado, remendado. Cobramos ainda a volta da eleição do diretor representante dos funcionários, o Garef. Num governo democrático e popular temos de conquistar novamente a participação de um representante dos funcionários no conselho do banco, esse é um dado importante.



“Depois de uma solução para a Cassi temos de passar imediatamente para outras questões específicas, resolver outros problemas...”

Espelho – Isso ajudaria na administração em geral.

Jacy – Sim, mas temos de lutar também para tirar algumas amarras do banco. Por exemplo, a Petrobrás pode abrir filiais, comprar empresas. O Banco do Brasil não pode fazer. Enquanto isso, concorrentes como Bradesco e Itaú compram, ampliam seus patrimônios líquidos. Mas o BB não pode fazer nenhum desses movimentos. Por que, se isso já é permitido na Petrobrás?

Outro ponto importante é em relação à carteira de habitação. Todo o sistema financeiro pode investir no setor, mas nós vivemos numa dicotomia em que o BB investe na carteira agrícola e a Caixa na habitacional, mas todo o sistema financeiro tem crédito habitacional, o único que não tem é o BB. E agora com o crédito consignado habitacional, esse é um nicho de mercado importante.

Espelho – Mas muitos problemas foram resolvidos no BB nestes últimos anos?

Jacy – Neste governo há uma visão de valorização do BB. Foi resolvida no ano passado a Parcela Previ e agora

apresentou-se uma proposta para solucionar o problema da Cassi, que, mesmo aquém do que desejávamos, mostra o reconhecimento do importante papel dos sindicatos nas negociações. Mas depois de uma solução para a Cassi temos de passar imediatamente para outras questões específicas, resolver outros problemas. Essa é, inclusive, uma discussão que levamos para a Contraf: fazer neste primeiro semestre as negociações específicas, deixando, para o segundo, temas gerais da categoria e a Campanha Nacional dos Bancários. Para nós é necessário começar imediatamente a discussão de questões caras para os funcionários como PCC-PCS e isonomia para todos.

Espelho – Existem também as questões da Previ..

Jacy – Sim, mas é diferente do que era no passado. Agora vamos discutir como aplicar o superávit. Aliás, é bom lembrar que boa parte desse superávit vem de uma disputa ideológica que tivemos no passado. Lutamos até o último minuto para que não acontecessem as

privatizações de estatais, como a Vale do Rio Doce. Mas, quando aconteceu, havia gente que defendia que a Previ não participasse. Fomos contra a privatização, mas defendemos a participação da Previ nos leilões. E, hoje, os investimentos feitos na Vale, na CPFL, na Embraer foram importantes para o superávit. Agora estamos numa boa posição para discutir e vamos lutar para que esse superávit seja investido na melhoria de benefícios para os associados, não redução de contribuições.

Espelho – Em maio acontecem eleições no sindicato de Brasília. Qual a avaliação da atual gestão?

Jacy – Acho que a diretoria do Sindicato está fazendo um bom trabalho. Nossa chapa era de renovação com experiência, porque 2/3 dos diretores estão no seu primeiro mandato. Foi um trabalho que deu resultados, que melhorou nossa presença nos locais de trabalho, proporcionou atuação conjunta com os delegados sindicais, portanto há todo um processo de fortalecimento do sindicato e da categoria bancária.

Cadê os bancos ?

As mudanças no sistema financeiro ficaram fora do PAC, como sua regulamentação e o financiamento do desenvolvimento

Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo governo federal, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) discutiu as medidas num encontro que aconteceu em fevereiro, em São Paulo. Entre as conclusões, uma das principais é que o programa acerta por recolocar o Estado em seu papel de protagonista do desenvolvimento, o que cria uma pauta voltada ao crescimento econômico. Porém há uma questão em aberto, a mudança do papel do sistema financeiro, para que passe a financiar os investimentos necessários.

O PAC consiste num planejamento para vencer gargalos estruturais e fazer desoneração tributária, como forma de incentivar os empresários a investir, visando a um crescimento de 5% ao ano da economia a partir de 2009. A meta é elevar o nível de investimento da economia dos atuais 20% do PIB para 25%. Como o Poder Público responde por apenas 3%, a iniciativa privada tem um papel inegável. Mas investimento depende e muito da oferta de crédito do país. Os lucros bilionários dos bancos e as altíssimas taxas de juro praticadas deixam claro que os bancos precisam ser acompanhados mais de perto na hora de se pensar em crescimento.

Na luta para reduzir o custo do crédito e fomentar o crescimento, uma das pro-

postas da Contraf-CUT é a regulamentação do artigo 192 da Constituição, para definir o papel do sistema financeiro e do Banco Central. Atualmente, o BC é omissivo em seu papel de fiscalização e age com independência das políticas de governo (indo até em sentido contrário). "Precisamos de uma reformulação do sistema, que subordine o BC às políticas de governo", sustenta Carlos Cordeiro, secretário-geral da Confederação. "Atualmente, o BC só persegue o controle da inflação, e nós queremos metas de geração de emprego e crescimento", completa.

O BC é um dos canais para pressionar o sistema financeiro. Além da redução da Selic, é preciso promover a destinação de recursos para crédito produtivo a juros mais baixos. "Mesmo medidas já existentes, como a obrigatoriedade de usar 2% dos depósitos à vista para microcrédito, não são adotadas pelos bancos. E o BC não faz nada", explica Cordeiro.

Um BC atuante – e sob outra

direção – passaria a punir de fato os bancos, que se mostram indiferentes a iniciativas que já deveriam ter reduzido os juros cobrados no balcão. Cordeiro lembra que o compulsório baixou, a Lei de Falências foi aprovada, a inadimplência caiu, a Selic foi reduzida em 7% só em 2006, mas nada de redução significativa de juros na ponta da cadeia do crédito.

Dessa crítica a quem oferece o crédito não escapam os bancos públicos, principalmente o Banco do Brasil. Isso porque a Caixa Econômica Federal é relacionada no PAC como fonte de parte significativa das verbas, enquanto o BB fica à parte. Vale lembrar que cerca de 80% das ações da entidade estão nas mãos do Tesouro Nacional e da PREVI, o que dá todas as condições para que a instituição assuma seu papel, propagado até pela campanha de publicidade atual, o de ser, de verdade, o Banco de todos os brasileiros.



Carlos Cordeiro, secretário geral da Contraf-CUT, e Marisa Stedile, presidente do Sindicato de Curitiba, no seminário sobre o PAC organizado pela Contraf-CUT

Terceirização ilegal

Bancos são multados por terceirizarem serviços como back office, prática que foi classificada como ilegal em fiscalizações do Ministério do Trabalho a partir de dossiê apresentado pela Contraf-CUT. Banco do Brasil não pode adotar esse caminho, como pensam alguns gestores.

Na revista Banco Hoje (<http://www.banco-hoje.com.br/artigo.asp?Artigo=1548>), gestores do BB falam em compartilhar serviços como back-office, além de custódia e processamento de numeração, que passariam a ser feitos de maneira compartilhada com os bancos que tiverem interesse. Essa estrutura toda estaria sendo preparada para ser o embrião de um conjunto de serviços que poderiam ser compartilhados de back-office, começando com custódia

e podendo ir para processamento de documentos, digitalização de documentos e cheques. Em reunião com a Contraf-CUT e sindicatos, em maio de 2006, o diretor de distribuição do BB, Milton Luciano, também afirmou que seguiria política de terceirização no CABBs e serviços de caixa.

Se a direção do Banco do Brasil optar realmente por essa postura, estará trilhando um caminho ilegal e contra tudo o que o governo vem fazendo, como o programa de desterceirização. "O governo Lula já deixou claro que não aceita essa lógica de mercado de altos lucros a qualquer custo, com exploração de trabalhadores. Será que os administradores do Banco ainda não perceberam essa mudança de orientação", questiona Sérgio Braga, presidente do Sindicato de Alagoas e representante da Fetec-NE na Comissão de Empresa.

Mas fora o fato de estar na contramão do que determina o principal controlador da empresa, essa postura do BB é ilegal. Auditoria do Ministério do Trabalho e Emprego atestou o que os sindicatos denunciavam há muito tempo: funcionários das terceirizadas das áreas de retaguarda, tesouraria e compensação são bancários. Em 11 de dezembro de 2006, foi entregue o relatório resultante do processo nacional de fiscalização realizado pelo MTE, a partir das denúncias encaminhadas no ano de 2005, pela confederação dos bancários.

O relatório foi produzido a partir das fiscalizações realizadas por uma força-tarefa multidisciplinar composta de auditores do trabalho, engenheiros em segurança e medicina do trabalho, em automação e tecnologia, entre outros. A equipe foi coordenada pela doutora Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela,



"O governo Lula já deixou claro que não aceita essa lógica de mercado de altos lucros a qualquer custo, com exploração de trabalhadores. Será que os administradores do banco ainda não perceberam essa mudança de orientação?", indaga Sérgio Braga, da Fetec-NE



“O BB, como as outras empresas, não pode cometer essas ilegalidades, vamos combater de todas as formas a terceirização fraudulenta”, afirma Sérgio Farias, da Feeb-RJ/ES

também mostra que as terceirizadas não garantem condições de trabalho minimamente saudáveis. O estresse físico e mental é a rotina de quem trabalha nessas empresas.

Irresponsabilidade social nos bancos

A irresponsabilidade dos bancos parece não ter limites. Ao transferir documentos protegidos pela lei de sigilo bancário, a instituição perde o controle de informações confidenciais, colocando em risco o próprio sistema financeiro. Nesses casos, o banco impõe a observância do sigilo bancário às empresas. De novo repassa suas obrigações a terceiros. A relação do cliente que a lei protege é com os bancos e não com empresas subcontratadas, ou seja, o sigilo bancário do cliente tem a possibilidade de ser quebrado a qualquer momento. “O Banco do Brasil, como as outras empresas, não pode cometer essas ilegalidades, vamos combater de todas

as formas a terceirização fraudulenta”, afirma Sérgio Farias, representante da Feeb-RJ/ES na Comissão de Empresa dos Funcionários.

Ilegalidade na prática

Na prática, a terceirização ilegal já vem sendo adotada. Apesar de o Sindicato de São Paulo, Osasco e região questionar o banco sobre a medida, a direção do BB substituiu os caixas executivos que trabalhavam no PAB (posto de atendimento bancário) da agência Embu (SP), que presta serviço para a Prefeitura local, contratando a empresa Brasvalor para executar serviço de caixas. Segundo levantamento do sindicato, os trabalhadores ganham menos de 2 salários mínimos e não têm os direitos da categoria. Questionada sobre a medida, a Superintendência de varejo SP I não deu nenhuma resposta ao sindicato, que tem atuado junto aos delegados sindicais da região contra essa terceirização ilegal.

secretária de Inspeção do Trabalho.

Nesta primeira fase, as áreas fiscalizadas foram as relacionadas com retaguarda, tesouraria e compensação bancárias, o que quer dizer processamento, autenticação e compensação de cheques, malotes e material entregue em caixas eletrônicos, além de transporte de valores de empresas contratadas pelos bancos Bradesco, Unibanco e ABN Amro.

Se antes havia denúncias dos sindicatos e jurisprudência de ações isoladas na Justiça do Trabalho, agora há um parecer do MTE que responsabiliza exclusivamente os bancos pela ilegalidade. O relatório conclui que todo o processo implementado pelos bancos, de contratação de mão-de-obra por meio de empresa interposta para realização das atividades de retaguarda, tesouraria e compensação bancária, “afronta o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho, bem como a inteligência dos preceitos contidos na Súmula 331 do TST e os princípios basilares do Direito de Trabalho”. Em bom português: são bancários explorados ao extremo em desrespeito às leis. O relatório do MTE

Motivos do Ministério do Trabalho para autuar os bancos por terceirização ilegal

- Manter empregados sem registro
- Não anotar CTPS
- Não informar ao Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)
- Não informar Rais (Relação Anual de Informações Sociais) de 2003, 2004 e 2005
- Não pagar salário (piso, hora-extra, AN e RSR)
- Exceder de 6 horas a jornada do bancário
- Prorrogar a jornada além do limite de 2 horas
- Não conceder descanso de 11 horas entre jornadas
- Descumprir convenção coletiva
- Não depositar FGTS
- Não recolher a Contribuição social mensal

O buraco da grande mídia

Compare trechos dos editoriais do Estado de S.Paulo depois de dois episódios ocorridos em São Paulo: o "túnel da Marta", que depois de inaugurado teve uma inundação, e o desmoronamento que aconteceu na Linha Amarela, o "buraco do Metrô", na administração tucana, em que morreram sete pessoas. Sem comentários:

O ESTADO DE S. PAULO
O ESTADO DE S. PAULO

Título no caso do túnel da Rebouças

Pressa e inépcia se uniram para tornar precário o túnel rebouças (15/01/05)

Túnel da Rebouças

Quem errou vai pagar, avisou o prefeito José Serra durante visita, na semana passada, ao Túnel Jornalista Fernando Vieira de Mello, na Avenida Rebouças, construído às pressas pela administração Marta Suplicy para ser inaugurado às vésperas das eleições. Na primeira chuva intensa de novembro, a passagem foi invadida pelas águas e se transformou num piscinão.

Buraco do Metrô

Os prejuízos causados pela abertura de enorme cratera provocada pelo deslizamento de terra nas obras da Estação Pinheiros do Metrô às famílias que residiam em ruas próximas e o drama vivido pelos parentes das vítimas fatais justificam as reações emocionadas registradas pela imprensa e exigem providências urgentes no sentido de reduzir o sofrimento dessas pessoas e, nos casos em que isso for necessário, reparar os danos materiais que elas sofreram.

Túnel da Rebouças

Tanta correria numa construção complexa, a poucos metros do Rio Pinheiros, não poderia ter outro resultado. Há décadas, nas ocorrências de chuvas fortes, as ruas próximas do túnel apresentam alagamentos por causa das galerias subdimensionadas e da impermeabilização do solo, que leva as enxurradas em grande velocidade em direção ao Rio Pinheiros, onde não conseguem desaguar e há o refluxo pelas bocas-de-lobo.

Buraco do Metrô

Embora não seja possível minimizar a gravidade do acidente, é preciso observar que, apesar de sua complexidade, que envolve muitos riscos, as obras do Metrô paulista têm um histórico de segurança. Em mais de três décadas, este é o primeiro acidente de maior gravidade. As empresas que compõem o Consórcio Linha Amarela, responsável

Título no caso do buraco do metrô

O que importa é amparo às famílias das vítimas e indenizar os danos (16/01/2007)

pelos obras da Linha 4, na qual ocorreu o deslizamento na semana passada, têm uma folha de serviços prestados no País e no exterior que não deixa dúvidas quanto a seu preparo técnico para o trabalho.

Túnel da Rebouças

Por conta dos caprichos e da irresponsabilidade da administração passada, os moradores de São Paulo voltarão a enfrentar transtornos ainda maiores no trânsito.

Buraco do Metrô

São precipitadas as afirmações de que o acidente teria sido resultado da pressa com que, por razões políticas, as obras estariam sendo executadas. Do ponto de vista político, só interessaria ao governo uma aceleração da obra se sua conclusão pudesse influir em decisão do eleitorado. Não é, evidentemente, o caso das obras da Estação Pinheiros.